



1 Às nove horas do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOSIO CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E**
5 **SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução
6 Administrativa nº 007/2017. Ausência justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**;
7 presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios
9 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
10 desta Corte. Convocada os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA E MÁRCIA COSTA**,
11 para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento
12 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
13 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
14 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e
15 aprovação da Ata da Sessão Ordinária nº 01/2018. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
16 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo**
17 **nº1270012010-00; Prefeitura Municipal de Trairão; Prestação de Contas de 2010;**
18 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Danilo Vidal de Miranda; Instrução: 1ª Controladoria;**
19 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/**
20 **Contador: Jaimilly Quintero Salomão CRC/PA nº 11.341/0-7 Publicado no DOE nº 249 de**
21 **29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
22 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas e
23 aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
24 **VOTO. Em votação:** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros
25 Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como o
26 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
27 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
28 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.758). Presidência do Conselheiro Daniel
29 Lavareda. **Processo nº1270012010-00 ;Prefeitura Municipal de Trairão; Prestação de**
30 **Contas de 2010; Contas Anuais de Governo; Responsável: Danilo Vidal de Miranda; Instrução:**
31 **1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio**
32 **Leão; Advogado/Contador: Jaimilly Quintero Salomão CRC/PA nº 11.341/0-7; Publicado no**
33 **DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
34 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade
35 das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**
36 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio
37 José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator
38 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
39 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução nº 13.653). Presidência do



40 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº1140012012-00; Prefeitura Municipal de**
41 **Goianésia do Pará; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
42 Itamar Cardoso do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
43 Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 249 de
44 **29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
45 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e
46 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
47 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** O Conselheiro Relator
48 proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia,
49 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha,
50 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
51 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais,
52 aplicação de multas, emissão de medida cautelar de indisponibilidade de bens pelo período de um
53 ano, e o encaminhamento e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.759 e
54 Acórdão nº 31.760). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº1140012012-**
55 **00; Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará; Prestação de Contas de 2012;** Contas
56 Anuais de Governo; Responsável: Itamar Cardoso do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria;
57 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
58 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
59 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
60 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
61 proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia,
62 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha,
63 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
64 **unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e o
65 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.654).
66 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº310012013-00; Prefeitura**
67 **Municipal de Gurupá; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão;
68 Responsável: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério
69 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no
70 **DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
71 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, aplicação de
72 multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
73 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os
74 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José
75 Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na
76 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela
77 irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e o
78 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.674).



79 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº310012013-00; Prefeitura**
80 **Municipal de Gurupá; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Governo;
81 **Responsável: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**
82 **Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no**
83 **DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
84 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade
85 das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**
86 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio
87 José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator
88 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
89 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e o encaminhamento de cópia dos
90 autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.655). Presidência do Conselheiro Daniel
91 Lavareda. **Processo nº42032011-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Prestação**
92 **de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria do Socorro Damascena
93 Filgueiras; Instrução: Controladoria Regional de Santarém 3ª Controladoria; Ministério Público
94 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE**
95 **nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
96 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A
97 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:**
98 Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio
99 Leão, bem como a Conselheira Substituta Márcia Costa, acompanharam a Relatora na íntegra. A
100 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
101 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.762). Presidência do Conselheiro
102 Daniel Lavareda. **Processo nº714502011-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e**
103 **do adolescente de Santarém; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão;
104 Responsável: Ana Elvira de Mendonça Alho Texeira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
105 Público Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho;
106 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
107 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
108 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.**
109 **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares Antonio José
110 Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Márcia Costa, acompanharam a
111 Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
112 pela regularidade das contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº
113 31.763). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº714712011-00; Secretaria**
114 **Municipal de Administração de Santarém; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais
115 de Gestão; Responsável: ssio Almeida Portela; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público;
116 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado**
117 **no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público



118 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
119 ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
120 proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os
121 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio
122 Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. A
123 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
124 contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.764). Presidência do
125 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714822011-00; Secretaria Municipal de**
126 **Organização Portuária de Santarém; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de
127 Gestão; Responsável: Hilário Miranda Coimbra; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
128 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado**
129 **no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
130 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
131 ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
132 proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar
133 Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio
134 Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
135 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do competente Alvará de
136 Quitação (Acórdão nº 31.765). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
137 **882712013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará;**
138 **Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Perpétua de Carvalho;
139 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
140 Conselheiro Antonio José Guimarães **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo
141 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
142 se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
143 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
144 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
145 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
146 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com aplicação de
147 multas (Acórdão nº 31.766). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
148 **nº190022014-00; Câmara Municipal de Bujaru; Prestação de Contas de 2014;** Contas
149 Anuais de Gestão; Responsável: Marcelo Bastos de Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
150 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
151 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
152 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
153 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os
154 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem
155 como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
156 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com



157 recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos
158 ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.767). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
159 **Processo nº 313342014-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Gurupá;**
160 **Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Manoel Evangelista
161 Moraes Barbosa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Elisabeth Salame da
162 Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/contador: João Santana Leal – CRC nº13011;
163 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
164 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
165 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
166 **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Cezar Colares, bem
167 como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
168 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
169 expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.768). Presidência do Conselheiro
170 Daniel Lavareda. **Processo nº 662022014-00; Fundo Municipal de Saúde de Salvaterra;**
171 **Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Leila Cristina Freitas
172 Maia; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
173 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Cumprindo
174 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
175 se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
176 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
177 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como o
178 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
179 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
180 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.769). Presidência do Conselheiro Daniel
181 Lavareda. **Processo nº 1080022013-00; Câmara Municipal de Água Azul do Norte;**
182 **Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Rênia Paula Rodrigues
183 da Silva; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame
184 da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Advogado/Contador: Délio Amaral
185 Viana CRC-PA 9858; **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Retirado de Pauta.
186 **Processo nº 1014132013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Maria**
187 **das Barreiras; Assunto Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão;
188 Responsável: José Barbosa de Faria; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público:
189 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;
190 Advogado/Contador: Lourival José Marreiro da Costa CRC-PA 11.186/O-8; **Publicado no DOE nº**
191 **249 de 29/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201608081-00 (1280022010-00)**
192 **Câmara Municipal de Ulianópolis; Recurso de 2010;** de Reconsideração contra a decisão do
193 Acórdão 29.053/2016; Recorrente: Marta Resende Soares Venturim; Instrução: 4ª Controladoria;
194 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
195 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 310022008-**



196 **00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas de 2008;** Contas Anuais de Gestão
197 Responsável: Francisco Diamantino Pessoa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:
198 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Aroldo
199 José Diamantino Nogueira – CRC-Pa Nº 11744 **Publicado no DOE nº 249 de 29/01/2018.**
200 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
201 manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi
202 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*VOTO pela irregularidade das*
203 *contas da Câmara Municipal de Gurupá, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco*
204 *Diamantino Pessoa, na forma do art. 45, III, "c" da Lei Complementar 109/2016. Aplico, em tudo*
205 *observado os termos do relatório e voto, multas em desfavor do Ordenador Francisco Diamantino Pessoa,*
206 *responsável pela prestação de contas da Câmara Municipal de Gurupá, exercício de 2008, as quais deverão*
207 *ser recolhidas ao FUMREAP/TCM1 no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta decisão, sob*
208 *pena dos acréscimos decorrentes da mora (Art. 303, do RITCM-PA), nos seguintes termos e fundamentos:*
209 *1. 300 UPF-Pa2 , que correspondem nesta data ao valor de R\$- 998,13 (novecentos e noventa e oito reais*
210 *e treze centavos), nos termos do art. 282, I, "a" do RITCMPA3 pelas contas julgadas irregulares".* **Em**
211 **votação:** A Conselheira Mara Lúcia solicitou Vista dos autos. Os Conselheiros Daniel Lavareda,
212 Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio
213 Dantas, decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Presidência do Conselheiro
214 Daniel Lavareda. **Processo nº 662162011-00; Fundo Municipal de Educação de**
215 **Salvaterra; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: José
216 Maria Gomes de Araújo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth
217 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares (**Pedido de Vista pelo Conselheiro**
218 **Aloisio Chaves na Sessão Ordinária do dia 21.11.2017**). Cumprindo dispositivo regimental,
219 o Conselheiro Aloisio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA**: "*Proponho ao Conselheiro Relator a*
220 *Reabertura da Instrução Processual*". A matéria foi colocada **em discussão**: O Conselheiro Cezar
221 Colares acompanhou a sugestão do Conselheiro Aloisio Chaves e solicitou ao Pleno autorização
222 para Reabertura da Instrução. **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Daniel
223 Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator na íntegra. A
224 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, autorizar a Reabertura da
225 Instrução solicitada (Resolução nº 13.656). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
226 **Processo nº 1300212013-00; Fundo Municipal de Educação de Anapu; Prestação de**
227 **Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Vivian Ladeia Rodrigues; Instrução: 3ª
228 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira
229 Mara Lúcia Barbalho (**Pedido de Vista pelo Conselheiro Aloisio Chaves na Sessão**
230 **Ordinária do dia 18.01.2018**). Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloisio Chaves
231 proferiu seu **VOTO VISTA**: "*Cuida-se de prestação de contas do Fundo Municipal de Educação do*
232 *Município de Anapu, exercício 2013. Pedi vista dos autos para melhor analisar o caso, em especial, diante*
233 *das ponderações elencadas nas sustentações orais da bem lançada decisão da ilustre Relatora, Conselheira*
234 *Mara Barbalho, que votou pela regularidade das contas, de responsabilidade da Sra. Vivian Ladeia*
235 *Rodrigues. Primeiramente, vale ressaltar que não foram dimensionados no Relatório Técnico Inicial e no*



236 *Relatório Técnico Final o volume monetário das despesas necessariamente precedidas de licitação, no*
237 *exercício de 2013. Observando os registros evidenciados no sistema E-CONTAS, a partir da relação de*
238 *notas empenho realizadas no exercício de 2013, bem como adotando parâmetro de materialidade e*
239 *relevância para despesas realizadas, fundamentando-se pela metodologia da Curva ABC o que permitiu*
240 *abranger mais de 79% do montante das despesas necessariamente precedidas de licitação, limitou-se o*
241 *escopo da presente análise ao montante de R\$1.330.274,17 (um milhão, trezentos e trinta mil, duzentos e*
242 *setenta e quatro reais e dezessete centavos), devidamente detalhadas abaixo (Tabela constante na folha*
243 *139, do referido Processo). Para definirmos o montante das despesas necessariamente precedidas de*
244 *procedimentos licitatórios excluí do montante das despesas empenhadas no exercício (R\$1.954.319,39) as*
245 *despesas efetuadas com "pessoal e encargos sociais, diárias, juros, serviços de terceiros PF e energia*
246 *elétrica (R\$285.705,73)". Não foi enviado junto ao CD, em meio magnético, os arquivos comprobatórios da*
247 *Concorrência Pública ou Dispensa de Licitação e contrato(s) decorrente(s), em favor do credor Jassônio*
248 *Costa Leite, cujo objeto é a "compra de um terreno para construção de uma escola de ensino médio que*
249 *atenderá aproximadamente 500 jovens, localizado no Bairro Alto Bonito", caracterizando despesa*
250 *contratada sem processo de licitação pública, restando irregular a despesa no valor de R\$40.000,00, por*
251 *descumprimento do art. 37, XXI da CF/88, concomitante com os arts. 23, § 3º e 24, X, da Lei Federal nº*
252 *8.666/1993. No Pregão Presencial nº 04/2013 – Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a*
253 *merenda escolar – Abertura das propostas dia 29/01/2013, Pregão Presencial nº 09/2013 – Objeto:*
254 *Prestação de serviços de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme rotas*
255 *apresentadas – Abertura das propostas dia 22/02/2013 e Pregão Presencial nº 022/2013 – Objeto:*
256 *Fornecimento de peça, pneus, conserto, manutenção, troca de peças de caminhonete carroceria e traçada,*
257 *automóveis e ônibus, com disponibilização de mecânico 24hs – Abertura das propostas dia 27/03/2013 e*
258 *na Chamada Pública nº 01/2013 – Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar*
259 *para as escolas da rede municipal de ensino – Agricultura Familiar – Abertura das propostas dia*
260 *02/07/2013, não foram apresentados os Termos de Referências com elementos capazes de propiciar a*
261 *avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados*
262 *no mercado, inexistindo, portanto, o valor estimado da licitação. Somente existiram as propostas*
263 *elaboradas pelas empresas participantes, descumprindo o art. 8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000.*
264 *Conforme é cediço, entendo que a Resolução Administrativa nº 008//2016 , não encontra guarida em*
265 *nosso ordenamento jurídico. Reconheço que devam ser simplificados os procedimentos que visem diminuir*
266 *o estoque processual desta Corte de Contas, todavia não há como liberar-se do dever de analisar os*
267 *processos licitatórios encaminhados intempestivamente. Ante o exposto, dirijo da relatora, e voto pela*
268 *reprovação das contas o Fundo Municipal de Educação do Município de Anapu, exercício 2013, pela*
269 *realização de despesa irregular no valor de R\$40.000,00, descumprindo o art. 37, XXI da CF/88,*
270 *concomitante com os arts. 23, § 3º e 24, X, da Lei Federal nº 8.666/1993 e pela não apresentação dos*
271 *Termos de Referências, descumprindo o art. 8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000. VOTO pela*
272 *Irregularidade das Contas do Fundo Municipal de Educação do Município de Anapu, exercício de 2013, de*
273 *responsabilidade da Sra. Vivian Ladeia Rodrigues, nos termos do art. 45, III, "c", da Lei Complementar nº*
274 *109/2016, devendo o mesmo recolher ao FUNREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: 1 –*
275 *1.101 UPF-PA, correspondente a R\$3.663,13 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais, e treze centavos),*
276 *com base no art. 282, II, "b" do RI/TCM (Ato 19/2017), pela despesa contratada sem processo de licitação*
277 *pública, no valor de R\$40.000,00, por descumprimento do art. 37, XXI da CF/88, concomitante com os*
278 *arts. 23, § 3º e 24, X, da Lei Federal nº 8.666/1993. 2 – 463 UPF-PA, equivalente a R\$1.540,40 (hum mil,*



279 *quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos), na forma do art. 282, I, "b", do RI/TCM (Ato 19/2017),*
280 *pelo não envio dos Termos de Referências dos processos licitatórios: Pregão Presencial nº 04/2013, Pregão*
281 *Presencial nº 09/2013, Pregão Presencial nº 22/2013 e Chamada Pública nº 01/2013, descumprindo o art.*
282 *8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000. Fica advertido a Ordenadora, que o não recolhimento das multas*
283 *fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito e julgado da presente decisão, importará, nos termos*
284 *do art. 303, do RI/TCM-PA (Ato 19/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos*
285 *seguintes termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o*
286 *limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em*
287 *que deveria ser pago, até a do efetivo pagamento, com base na variação da UPF-PA - Unidade Padrão*
288 *Fiscal do Estado do Pará; e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em*
289 *que deveria ser pago, até o efetivo pagamento. Na forma do art. 235, do RI/TCM (Ato 19/2017), cópia dos*
290 *autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual, para adoção as providências que entender*
291 *cabíveis. É o Voto".* A matéria foi colocada **em discussão**: A Conselheira Mara Lúcia solicitou a
292 palavra para no mérito manter seu Voto, reforçando que a análise de tal prestação de contas está
293 respaldada pelas Resoluções nº 15/2015 e 8/2016/TCM/PA, e que sua equipe técnica seguiu as
294 orientações constantes das mesmas. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares solicitou a palavra,
295 e discorreu sobre a uniformização de análise de prestações de contas, e que não há uma lei
296 processual única instituída no território brasileiro. Aprofundou-se mais sobre a necessidade de
297 uma Lei Processual de Análise de Contas, e teceu comentários sobre experiências junto a
298 ATRICON e TCU. E sobre as Resoluções nº 15/2015 e 8/2016/TCM/PA, acrescentou que o TCM as
299 adotou como matriz metodológica, e que fica condicionado ao Relator acompanhá-la ou não na
300 sua integralidade, e que diante de possíveis fraudes e irregularidades, a análise pode tornar-se
301 mais profunda. Em seguida, o Conselheiro Aloisio Chaves, fez uso da palavra para manter seu
302 Voto Vista. **Em votação: Na Sessão Ordinária do dia 18.01.2018**, os Conselheiros Daniel
303 Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio
304 Dantas e Adriana Oliveira decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Na presente
305 Sessão, os Conselheiros Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam
306 a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares declarou-se apto a votar, e acompanhou a
307 Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à maioria**, decidiu pela
308 regularidade das contas, com a expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº
309 31.770). Vencido o Conselheiro Aloisio Chaves, que votara pela irregularidade das contas em
310 questão, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
311 Estadual. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: O
312 Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda apresentou as seguintes Matérias Administrativas: **1.**
313 Minuta de Resolução que dispõe sobre a prorrogação dos prazos dispostos no Art. 6º da
314 Resolução nº 11.535/2014. A matéria foi colocada **em discussão**. **Em votação**: Os Conselheiros
315 Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, aprovaram a
316 matéria apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, aprovar
317 a matéria apresentada; **2.** Minuta de Resolução que dispõe sobre a implantação, estruturação,
318 competência e funcionamento, dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas dos Municípios do



319 Estado do Pará e dá outras providências. O Conselheiro Daniel Lavareda retirou a matéria de
320 pauta para acrescentar as sugestões feitas pelos Conselheiros Aloisio Chaves e Sérgio Leão.
321 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro
322 Presidente, Daniel Lavareda fez uso da palavra para proferir os seguintes informes: **1.** Saldo da
323 reunião ocorrida com a empresa INFOX, e os prazos de entrega dos produtos que irão englobar
324 todos os procedimentos deste Tribunal. Bem como treinamento com os Conselheiros e equipe
325 técnica para simulação de julgamento de processos; **2.** Remessa aos gabinetes de proposta de
326 formatos de Retificadoras: "Retificadora de Não-Conformidade", "Retificadora pela Citação de
327 Regularidade" e "Retificadora Voluntária", e todos os pontos relativos a ela, e na oportunidade
328 solicitou aos seus pares que a Minuta de Resolução relativo ao tema fosse pautado para a
329 próxima terça-feira, dia 06.02.2018; **3.** Entrega do trabalho efetuado para a elaboração do
330 Regimento Interno do TCM/PA, que contou com a colaboração efetiva dos servidores Adriana
331 Oliveira, Ivana Braga, Raphael Maués e Angela Farias; **4.** Consultou seus pares sobre a
332 possibilidade da Conselheira Mara Lúcia tornar-se responsável por acompanhar os estudos
333 relativos ao Regimento Interno. Os demais Conselheiros acompanharam a sugestão. Em seguida,
334 a Conselheira Mara Lúcia agradeceu a indicação, e convidou seus pares e o Ministério Público
335 para acompanhar esse processo de discussão com a formação de uma comissão, para que assim
336 sejam apresentadas sugestões, críticas e aperfeiçoamentos. **ENCERRADA** a presente Sessão, às
337 onze horas da qual foi lavrada a presente Ata.
338 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em primeiro de
339 fevereiro de dois mil e dezoito.
340 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 012/2018, em vinte e sete de fevereiro de dois mil e
341 dezoito.
342 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente / Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral